

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000109-77.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **MEGA SORTE ARACY LOTÉRICAS LTDA**  
 Requerido: **Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda Me e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Processo nº 0000109-77.2014****VISTOS**

**MEGA SORTE – ARACY LOTÉRICAS LTDA.**  
 ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c.**  
**REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c ANTECIPAÇÃO DA TUTELA** em face  
 de **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA –**  
**ME e BANCO HSBC**, todos devidamente qualificadas.

A empresa requerente alega em sua inicial que foi surpreendida com uma intimação do Tabelionato de Notas e Protesto de Letras e Títulos desta Comarca de São Carlos/SP com o protocolo nº 1169980.26 cobrando da mesma a quantia de R\$ 2.228,00 referente a uma duplicata nº NFE1124/02 emitida pela primeira empresa requerida na data de 23/09/2013, figurando como endossatária a segunda ré, instituição financeira. Assegura que não manteve relação comercial com as partes requeridas e enfatiza a inexistência dos requisitos necessários para justificar a emissão e protesto do título. Requereu a antecipação da tutela com o fim de determinar a suspensão dos efeitos do protesto da citada duplicata, a procedência total da demanda declarando a inexistência do débito e consequentemente sua inexigibilidade e a condenação das requeridas ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/09.

**0000109-77.2014.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deferida parcialmente tutela antecipada à fls. 10/11.

Devidamente citada a primeira empresa ré apresentou contestação alegando que não se opõe a declaração de inexigibilidade do débito e título, pois o mesmo realmente não possui qualquer lastro comercial, tendo sido emitido pela sócia Micheli sem conhecimento dos demais sócios/ familiares responsáveis pela empresa; inclusive menciona a existência de um boletim de ocorrência nº 257/2014 confeccionado para apurar o agir da citada sócia na data de 21/02/2014 e algumas atitudes que podem caracterizar crimes dos quais o restante dos sócios não tem conhecimento. Porém impugna o pedido por danos morais em face da ausência de comprovação de dolo ou culpa. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 108/117.

A instituição financeira, segunda ré, apresentou contestação alegando que a sacadora/favorecida do título objeto do litígio é a primeira requerida, não tendo a instituição financeira, ora contestante, poderes para excluir o nome da requerente dos respectivos cartórios de protesto. Informa ainda que a corré possui um contrato de limite rotativo nº 9591181418 e o título objeto do litígio foi dado como garantia do supracitado contrato. Enfatizou a ausência do direito aos danos morais e da quantia indenizatória. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 609/615.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 616. A instituição financeira requerida informou à fls. 619 não possuir interesse em produção de provas.

**É o RELATÓRIO.**
**DECIDO.**

A autora negou o vínculo jurídico, argumentando que a fatura e o título emitido na sequência são “frios”, ou seja, **não tem lastro em negócio regular**.

A empresa emitente AGROTELAS confirmou a ausência de relação negocial, ou ainda, o saque indevido (que teria sido concretizado por uma sócia sem o conhecimento dos demais donos).

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegera como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219- grifei).

Assim em primeiro plano, é de rigor reconhecer que diante da simulação negocial o título emitido por conta da avença



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

falsa/inexistente é inoperante frente à autora.

\*\*\*

Consoante indicado a fls. 8 a duplicata se refere a NFE 1124/02 e foi **encaminhada** a Cartório pelo Banco HSBC; teve sustados os efeitos do ato de publicidade (já concretizado) diante da antecipação da tutela concedida a fls. 14, ou seja, por ato do juízo.

O ofício resposta de fls. 18 dá conta da suspensão dos efeitos do protesto.

Como o protesto já referido – e que é objeto desta ação - se consumou (v. fls. 08) o dano se tipifica “in re ipsa”.

O HSBC recebeu o título como endossatário pleno/translativo e agiu sem os cuidados necessários. (v. fls. 08). No ato do recebimento deveria ter verificado a regularidade da emissão, especialmente se o negócio subjacente existia concretamente, como dispõe a Lei 5474/68, arts 1º, 2º e 20, com as modificações da Lei 6268/75.

Não exigiu o comprovante de entrega das mercadorias, ou seja, não se certificou da regularidade da sua criação; assim, **responde solidariamente** com o sacador pela reparação dos danos ocasionados ao sacado.

Nesse sentido:



**Ementa: DANO MORAL**

- Pretensão da empresa autora de que seja reformada a r. sentença, que julgou procedente pedido de declaração de inexigibilidade do título de crédito e improcedente pedido de dano moral, para condenar os corréus ao


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento de dano moral pelo protesto indevido de título de crédito, cedido por endosso translativo pela empresa corré ao banco corréu – Cabimento – Hipótese em que a duplicata mercantil em exame foi emitida indevidamente pela ré e, por essa razão, de rigor o reconhecimento da nulidade do título - Consequente irregularidade do protesto pelo banco corréu – Dano moral configurado 'in re ipsa', passível de indenização, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica – Precedentes do STJ – Responsabilidade solidaria dos corréus (CC, art. 942) - RECURSO PROVIDO (TJSP, Apelação 0023833-42.2012.8.26.0482, Rel. Des. Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca, DJ 25/06/2015).

Por fim, é de rigor arbitrar o dano moral, pelo qual responderão os requeridos.

A situação examinada, flagrantemente irregular, **representa, em si, dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano.**

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, equacionadas tais circunstâncias, e observado o “critério prudencial”, parece-me justo que os requeridos indenizem o autor com quantia equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nesse sentido:

Acórdão – Registro 2016.0000044547, julgado

**0000109-77.2014.8.26.0566 - lauda 5**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

em 01/02/2016 – Relator: MAIA DA ROCHA – Voto 26312 – Apelação 1001051-92.2014.8.26.0566 – Comarca de São Carlos – Apelantes: AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA. E OUTROS E BANCO BRADESCO S/A e Apelado: JOSÉ MAURO RANGEL – Ementa: “Cambial – Duplicata Mercantil – Endosso translativo – Envio dos títulos de crédito a protesto – Responsabilidade configurada – Plena titularidade do respectivo crédito – Preliminares afastadas – Ausência de lastro – Fato este confessado pela endossante – Título de Crédito nulo – Declaração de Inexistência de negócio jurídico – Valor fixado a título de indenização por dano moral bem fixado – Sentença mantida – Recursos não providos”.

É o que fica decidido.

\* \* \*

Ante o exposto, **ACOLHO A PRETENSÃO INICIAL** para **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO ESPECIFICADO** (fls. 08) e para levantar em definitivo o protesto lançado sobre a duplicata NFE 1124/02, **condenando os requeridos** AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME e BANCO HSBC S/A **a pagar à autora**, MEGA SORTE – ARACY LOTÉRICAS LTDA, a quantia de R\$ 10.000,00, com correção monetária a contar da publicação desta e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Torno definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 14. Após o trânsito em julgado, oficie-se para o cancelamento definitivo do protesto, podendo a requerente recolher as taxas para referida baixa incluindo-se na execução desse julgado.

Sucumbentes, arcarão os correqueridas acima



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

P. R. I.

São Carlos, 28 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**